CARTOGRAFIAS DO CRACK: Territorialidade, repressão e cuidado na Cracolândia paulistana.

Maria Eduarda Baggio Marsochi (IC) e Prof. Dr. Luiz Guilherme Rivera de Castro (Orientador).

Apoio:PIVIC Mackenzie

RESUMO

A Cracolândia representa um problema na vida dos paulistanos há quase 40 anos. É extremamente improvável que algum cidadão de São Paulo nunca tenha enfrentado os impasses que o fluxo tenha causado. Porém, por mais que centenas de tentativas de contenção tenham sido implantadas, nenhuma realmente resultou na resolução dos problemas. Este estudo propõe-se a estudar as tentativas de resolução da Cracolândia pelas lentes de diferentes enfoques de urbanismo, a repressão versus o cuidado, para que entendamos qual é a estratégia mais eficaz e por que a situação ainda não foi resolvida nem melhorada. A metodologia adotou abordagem qualitativa exploratória para que fosse possível entender aspectos sociais, políticos e territoriais da Cracolândia através da coleta de dados temática com a revisão de documentos e materiais acadêmicos. A partir daí, os dados reunidos foram suficientes para traçar um panorama do cotidiano nessa situação e das consequências urbanas que enfrentam, tanto os usuários quanto as pessoas que frequentam o centro da cidade. O próximo passo foi destrinchar diferentes tentativas de contenção que já foram colocadas em prática em São Paulo e entender em qual enfoque de urbanismo elas se baseiam, no urbanismo do cuidado ou da repressão. Por fim, conclui-se que ações repressivas, a maioria das aplicadas em São Paulo, tendem a ser mais violentas e não gerar resultados satisfatórios, diferentemente das ações de cuidado. Dessa maneira, conclui-se que para a superação eficiente da Cracolândia na cidade, ações governamentais precisam focar em medidas mais humanas e de longo prazo.

Palavras-chave: Cracolândia. Cuidado. Repressão.

ABSTRACT

“Cracolândia” represents a problem in the lives of São Paulo residents for almost 40 years. It is extremely unlikely that any city’s citizen has never faced the impasses caused by the flow. However, even though hundreds of containment attempts have been implemented, none has truly resulted in the resolution of the problems. This study proposes to examine the attempts to resolve “Cracolândia” through the lenses of different urbanism approaches, repression *versus* care, so that we may understand which approach is most effective and why São Paulo's situation has neither been resolved nor improved. The methodology adopted a qualitative and exploratory approach to enable the understanding of social, political, and territorial aspects of “Cracolândia” through thematic data collection via the review of documents and academic

materials. From there, the collected data were sufficient to outline an overview of daily life in “Cracolândia” and the urban consequences faced by both the users and the citizens who frequent the city center. The next step was to dissect different containment attempts that have already been put into practice in São Paulo and understand which urbanism approach they are based on, urbanism of care or urbanism of repression. Finally, it is concluded that repressive actions, which comprise the majority of those applied in São Paulo, tend to be more violent and fail to generate satisfactory results, unlike care-based actions. Thus, it is concluded that for the efficient overcoming of Cracolândia, governmental actions must focus on more humane and long-term measures.

Keywords: “Cracolândia”. Care. Repression.

1. INTRODUÇÃO

A maioria dos paulistanos, sobretudo os que passam pelo centro, já se deparou com problemas urbanos que se correlacionam com a Cracolândia. Dentre eles, destacam-se a insegurança, a degradação do espaço público, a desvalorização imobiliária e o enfraquecimento dos comércios da região.

Em São Paulo desde meados dos anos 90, a Cracolândia impacta o cotidiano paulistano. Nesse período diversas intervenções urbanísticas de contenção foram implementadas, sem gerar uma solução boa e duradoura. Diante disso, questiona-se: de que maneiras as intervenções urbanísticas na Cracolândia expressam paradigmas distintos de urbanismo, como o urbanismo pautado no medo/repressão e o urbanismo pautado no cuidado, e quais são seus efeitos sobre a população em situação de vulnerabilidade? Compreender esse cenário é essencial, já que o problema persiste. A análise de abordagens diferentes permite compreender uma forma mais humana e eficaz da cidade lidar com a Cracolândia.

O objetivo central deste trabalho é analisar a Cracolândia por sua territorialidade, história e desdobramentos na realidade urbana de São Paulo, analisando as ações urbanísticas de combate ao vício sob a ótica da repressão *versus* cuidado e comparando-as com políticas estrangeiras que tiveram sucesso (Housing First, Insite e IPS).

Os objetivos específicos são: Realizar coleta de dados temática, através de revisão bibliográfica e documental para compreender a Cracolândia em perspectiva histórica; Entender a territorialidade da Cracolândia, para basear o entendimento das vertentes de intervenções urbanísticas; Avaliar as consequências urbanas e espaciais do fenômeno, para assegurar a compreensão no âmbito do Urbanismo; Expor urbanismos de diferentes enfoques ao discorrer sobre intervenções focadas no cuidado e na repressão, para que sejam incorporados no entendimento de próximas análises; Estudar diferentes intervenções para percepção de ações possíveis ou ajustes nas intervenções existentes com base em políticas internacionais que geraram bons resultados na reabilitação de adictos em situação de rua.

Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem qualitativa e exploratória, para examinar aspectos sociais, políticos e territoriais da Cracolândia com mais enfoque em significados, experiências e interpretações complexas do território urbano estudado. O objetivo é construir uma análise crítica a partir da revisão de documentos e produções acadêmicas, e da comparação com políticas internacionais que obtiveram êxito em lutar contra o vício e dar dignidade aos cidadãos que vivem com esse problema. Esclarece-se que neste trabalho não houve contato com as populações de dependentes químicos e com as pessoas em situação de rua da região da Cracolândia por motivos de segurança.

A primeira seção aborda a formação, evolução e caráter itinerante da Cracolândia. A segunda seção foca em analisar as políticas públicas repressivas mais notórias que a Cracolândia sofreu na última década, traçar tendências e entender o porquê de serem aplicadas na cidade. A terceira seção discorre sobre experiências urbanísticas de acolhimento que a Cracolândia já teve em São Paulo, discutindo o fato de a maioria não ser governamental, e a análise de políticas internacionais contra o vício que tiveram êxito (Housing First, Insite e IPS). Por fim, a última seção traz lições para o combate à Cracolândia através da ótica do cuidado, mostrando que há mais chances de gerarem benefícios duradouros.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

2.1. CRACOLÂNDIA E SUA EXPRESSÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Para que seja possível entender a territorialidade de um problema social como a Cracolândia em uma metrópole como São Paulo, é importante traçar o contexto histórico do surgimento do fenômeno.

Como aponta Rui (2016, p.225), "(...) importa observar que o que se chama atualmente de 'Cracolândia' não alude a um mero logradouro físico, mas a uma 'territorialidade itinerante' (Frúgoli Júnior. e Spaggiari, 2010 *apud* Rui, 2016) que foi se alterando e se deslocando no correr de duas décadas, pelas imediações do bairro da Luz, de Santa Ifigênia, dos Campos Elíseos e outros próximos". Tendo a afirmação em mente, um dos primeiros pontos de partida para compreensão da territorialidade da Cracolândia é o conceito de "fluxo". Os dependentes químicos não permanecem em apenas um lugar, eles se movem e mudam constantemente.

Em adição, no trabalho "Etnografia da Cracolândia: Notas sobre uma Pesquisa em Território Urbano" os autores ressaltam e correlacionam um conceito do autor José Guilherme Cantor Magnani importante para definir a Cracolândia: manchas. "(...) áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos e atores que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante." (Magnani, 2012, p. 94). No caso desse estudo, a atividade que define essa macha é a vida pautada no crack:

> "A Cracolândia pode ser pensada como um espaço marcado pela sociabilidade direta de pessoas que se identificam com o território (uma localidade, mas também um território simbólico e existencial) e, também, pela variada e multifacetada interação dos frequentadores da Cracolândia com diferentes agentes institucionais, apontando para modos de gestão do estado pelas margens" (Adorno *et al*., 2013, p. 7).

O primeiro local associado ao uso de crack foi na região de São Mateus, periferia leste de São Paulo, chegando a ser chamado de "Bronx paulistano" por jornais em meados dos anos 90. A primeira mudança de territorialidade acontece na mesma década, em decorrência do

aumento da violência contra os dependentes químicos. “(...) mais do que autores de violência, os dependentes aparecem nos anos 1990 como vítimas preferenciais daqueles que matam” (Manso, 2012, p. 228). Ou seja, o fluxo ter passado para o centro da cidade, além de ser uma área preferida por pessoas em situação de rua pelo maior número de serviços e infraestrutura, foi uma tentativa dos viciados de fugir do risco de morte. Como dizem os autores:

> “(...) os desarranjos causados pela introdução do mercado de drogas potencializam determinadas situações de desigualdades, mal-estar, exclusão e outros aspectos vividos por territórios empobrecidos, permitindo que se rompa com uma visão essencialista que coloca as drogas como a causa exclusiva da violência, abstinência, intoxicação e morte.” (Adorno, *et al*., 2013, p. 10).

A região da “Boca de Lixo” se torna viável para abrigar a Cracolândia. “Boca do Lixo” se refere a uma área de boêmia, de prostituição e atividades ilegais nos Campos Elíseos de 1950 a 1980. Uma série de fatores torna a região adequada para receber os usuários de crack – os ilegalismos, o fluxo de pessoas constante pelas Estações Luz, Júlio Prestes e a rodoviária, o coração financeiro de São Paulo passar a ser na Avenida Paulista e a saída da elite dos Campos Elísios. Como resultado, o local se torna degradado e perigoso. “Ao se deslocar das periferias para o Centro, esta territorialização tomou forma social e política completamente diferentes” (Rui, 2016, p. 231). Hotéis e pensões da região que atendiam prostitutas e viajantes, passam a abrigar vendedores e usuários, e assim nasce a Cracolândia que se conhece atualmente, mas ainda não em sua configuração final.

Segundo o relato de Selma Silva (Silva, 2000 *apud* Rui, 2016, p. 235) “entre 1997 e 1999 o número de pessoas concentradas nas ruas consumindo a droga era pequeno, a busca e o uso das pedras aconteciam dentro dos hotéis ou espalhados pelas ruas próximas”. Mais uma vez é expresso o caráter volátil e flexível das relações urbanas na Cracolândia.

De acordo com Rui (2016), dentre os fatores que ajudaram a formar a Cracolândia aglomerada, comum no imaginário coletivo pré-pulverização, é possível citar: (1) Usuários pularem de biqueira em biqueira. O constante movimento leva usuários ao centro e não voltam mais para sua origem, se concentrando junto aos outros adictos. (2) O número de moradores de rua que consumem crack aumentou. (3) O Projeto Nova Luz, que queria recompor o perfil dos moradores e gerar especulação imobiliária (resultando em gentrificação), acabou expulsando pessoas de perfil mais popular, inclusive dependentes químicos.

Para entender a relação da Cracolândia com o entorno, é necessário estudar uma das ocupações mais duradouras, com epicentro na região dos Campos Elísios, entre a Rua Helvétia e a Alameda Dino Bueno, com extensão na Rua dos Gusmões, Rua Apa e embaixo do Elevado Presidente João Goulart. A área tem muita mobilidade e trânsito de pessoas, tanto das que vivem ali, quanto das que estão apenas de passagem. A população residente é

heterogênea, proveniente de cortiços, pensões, invasões organizadas e não organizadas, hotéis de baixo valor, albergues mantidos pelo poder público, e da Favela do Moinho.

Os autores de “Etnografia da Cracolândia: Notas sobre uma Pesquisa em Território Urbano” traçam o perfil dos frequentadores do espaço da Cracolândia, características importantíssimas ao tentar caracterizar a espacialidade. Lá, se encontram pessoas em situação de rua, alguns saídos do sistema prisional, e que estão em constante trânsito, procurando reciclagem, fazendo reparos, montando “bares” no meio da rua. Em geral, são pessoas com experiências de vida marcadas por sucessivas perdas econômicas, morais e emocionais. Socialmente falando, os adictos desenvolvem regras morais de comportamento, como camuflar o cachimbo e não fumar crack na presença de “famílias” (casais ou adultos acompanhados de crianças). “Já me afastei de pessoas por causa da pedra, assim como já me afastei da pedra por causa de pessoas” (Adorno *et al*., 2013, p. 8).

De acordo com o mesmo trabalho, a vida na Cracolândia é comparada com uma “eterna bricolagem” (montagem e reparos feitos por não especializados), tanto no sentido dos usuários com saúde decadente, como na vida urbana que se criou ali pautada pelo crack. “Na Cracolândia, as barracas, os bares improvisados, as tendas de venda de produtos da rua, os pequenos nichos e seus arranjos diários eram cotidianamente destruídos pela polícia, pelos agentes da prefeitura e do estado, e reconstruídos a cada dia” (Adorno *et al.*, 2013, p. 7).

Por mais que a partir de 2010, a Cracolândia tenha se tornado um grande campo de intervenção das políticas sociais, com muitos atores governamentais e voluntários procurando sanar o problema urbano, São Paulo ainda não chegou em um resultado satisfatório. Inclusive, em maio de 2025 houve a última dispersão registrada até a finalização do presente trabalho (agosto de 2026), e que, como esperado, não solucionou o problema, apenas criou focos de uso do crack pela cidade. Como será explicitado nesse trabalho, muito dessa questão se deve a políticas públicas e ações urbanísticas que prezam pela repressão e violência.

2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS REPRESSIVAS NA CRACOLÂNDIA

Como é possível perceber a partir do surgimento e da territorialidade da Cracolândia, sua própria existência e prevalência é um processo social, que como regra, tem uma expressão espacial na cidade de São Paulo. De certo, as experiências dos paulistanos com o fluxo de usuários não são agradáveis e são agravadas pelas constantes migrações pelo território.

Como resposta à Cracolândia, um processo de esvaziamento das áreas da cidade ligadas ao uso de crack começa a acontecer, já que a sensação de segurança diminui pelo perigo de sofrer violências ou de presenciar o tráfico, além de obrigar os comércios locais a fecharem as portas devido a possibilidade de vandalismo. Segundo Arthur Stabile (2023), o fechamento de comércios na Santa Ifigênia denota a crise de segurança pública que atingia o centro de

São Paulo pela concentração do fluxo quando estava pelas redondezas. Em adição, a desvalorização imobiliária atinge essa área, as calçadas acumulam lixo, comprometendo a acessibilidade e agradabilidade do pedestre, o sistema de saúde se sobrecarrega com ocorrências relacionadas a ferimentos e overdose dos usuários e as mudanças de lugar do fluxo geram dificuldade para que os atores sociais atinjam os necessitados.

Cidades são organismos vivos nas quais para toda a ação há uma reação, e o mesmo ocorre ao que se trata das consequências que o fluxo gera para o cotidiano paulistano. Esse estudo se propõe a analisar as maneiras como São Paulo já tentou lidar com a Cracolândia, sendo elas repressivas ou de acolhimento, e os resultados que obtiveram. Frúgoli Júnior ressalta: “a depender do tipo de intervenção a que tais agentes são submetidos (usuários de crack); em períodos de repressão mais sistemática, passam a ocupar de forma mais permanente outros espaços da cidade (principalmente em área central)” (Frúgoli Júnior, 2016, p. 252-253). Primeiramente, as ações repressivas serão abordadas.

Dentre as numerosas políticas repressivas, é possível destacar algumas das mais notórias dos últimos 20 anos: “Projeto Nova Luz” (2005 - 2012), “Operação Centro Legal” (2009-2010), “Operação Sufoco” (2012), “Operação Recomeço” (2013) e “Programa Redenção” (2017).

O “Projeto Nova Luz” procurava regulamentar a concessão urbanística na área da Nova Luz, no centro de São Paulo, de 2005 até 2012. O objetivo era requalificar a área central da cidade, que já sofria com degradações, com a instalação de habitações para pessoas de baixa renda e com a expansão das atividades econômicas presentes. Para que isso se concretizasse, seriam necessárias desapropriações e restauros de imóveis tombados. A situação se torna polêmica ao que a população moradora da área começava a correr risco de expulsão, além também da eventual dispersão da Cracolândia. Ao fim, a ideia não era resolver o problema do esvaziamento do centro ou da população de rua, mas queriam expulsar essas pessoas para que o mercado imobiliário pudesse lucrar com a infraestrutura da região.

A “Operação Centro Legal” foi uma ação militarizada que ocorreu de 2009 até 2012 e foi dividida em três etapas: (1) ocupação policial, impossibilitando a chegada de crack no local e o consumo pelos usuários, que se quisessem poderiam ser encaminhados para tratamento, (2) presença visível da PM, que “incentivaria os usuários a procurarem ajuda”, e (3) manter os resultados. De acordo com Isabela Melo da Silva (2012), o coordenador de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, Luiz Alberto Chaves de Oliveira e a secretária da Assistência e Desenvolvimento Social, Alda Marco Antônio, defendiam que a dor e o sofrimento causados pela abstinência induziriam os dependentes químicos a procurar ajuda, por mais que especialistas da saúde não achem a estratégia válida. “Se a operação Centro Legal fosse rebatizada, ela poderia facilmente ser chamada de Nova

Luz Legal" (Savassa, 2012). No fim, a operação causou apenas a mudança de lugar do fluxo, que se instaurou em locais como a Av. Rio Branco, a Al. Barão de Limeira e a R. Apa, transferindo os problemas junto dele. Essa dinâmica foi relatada pela moradora Iraci Rosa Jesus em reportagem: "(...) Por aqui, roubo de celular e bicicleta é muito comum. Esses dias eu passei pela rua [Apa] e vi um drogado com um aparelho [celular] na mão dizendo que ia fumar crack o dia inteiro. Às vezes, a PM passa aqui, assusta os viciados, mas depois eles voltam" (Savassa, 2012).

A "Operação Sufoco" durou cerca de um mês em 2012 e se caracteriza pela ocupação da polícia militar pelas áreas que a Cracolândia estava concentrada (Al. Cleveland, Al. Dino Bueno, R. Helvetia) com o objetivo de "sufocar" o tráfico de drogas e impedir o consumo de crack pelos usuários. Dessa maneira, acreditavam ser possível criar um ambiente mais seguro para que os agentes sociais oferecessem assistência aos que estavam usando crack. "Para dispersar os usuários e impedi-los de permanecer na região, eles eram obrigados a circular pelas ruas do centro, sem poder permanecer em canto algum. As forças policiais, sempre que se deparavam com algum agrupamento de pessoas, jogavam suas viaturas ou cavalos por cima, amedrontando, fazendo ameaças e, não poucas vezes, provocando ferimentos" (Magalhães, 2017, p.2). O movimento chega a ser chamado de "procissão do crack" (Cardoso, 2012 *apud* Magalhães, 2017, p. 2), e diz que os usuários eram forçados a circular entre as Av. Duque de Caxias, São João, Ipiranga e a estação da Luz. Luiz Alberto Chaves de Oliveira, ex-coordenador de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, disse: "A falta da droga e a dificuldade de fixação vão fazer com que as pessoas busquem o tratamento. Como é que você consegue levar o usuário a se tratar? Não é pela razão, é pelo sofrimento. Quem busca ajuda não suporta mais aquela situação. Dor e o sofrimento fazem a pessoa pedir ajuda" (Oliveira, 2017 *apud* Magalhães, 2017, p. 2).

A "Operação Recomeço" tomou lugar em 2013, o jornalista Mário Messagi Jr. (2013) descreve que a ação foi implantada com a ideia de dar uma bolsa de R$1.350,00 por mês para famílias baixa renda de usuários de crack para interná-los em clínicas particulares. O paciente seria internado nas CT's (Comunidades Terapêuticas) se já houvesse sido internado em clínicas públicas sem êxito. De acordo com o escritor, o projeto causou bastante revolta e recebeu o apelido "bolsa crack" (Messagi Júnior, 2013). Em adição, foi considerada repressiva por defender internações involuntárias, não resolvia o tráfico e os usuários que tinham recaídas (parte comum do processo de sobriedade) eram excluídos do programa. Em adição, as CT's funcionavam como uma espécie de confinamento, privando o paciente de contato amplo com o mundo exterior, e muitas vezes contando com uma doutrina religiosa na oração e no trabalho braçal, ações que não oferecem real melhora ao usuário.

A última ação retratada é o “Programa Redenção” que ocorre em 2017 e se concentra no policiamento ostensivo da região da Cracolândia para frear os traficantes. Em reportagem (Souza, 2017), Maurício Fiore, pesquisador do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise de Planejamento) diz: “Quando você busca uma solução para o espaço nem sempre é a mesma para as pessoas. [...] Os dependentes químicos se cansaram das ações repressivas porque isso não resolveu” (Fiore, 2017 *apud* Souza, 2017). Por mais que a Polícia Militar de São Paulo tenha negado, as ocupações geraram muita violência, e o advogado Ariel de Castro Alves, integrante do Conselho Estadual de Direitos Humanos, diz à reportagem (Souza, 2017) que existiram pelo menos 30 depoimentos de direitos humanos sendo feridos em uma semana de ação, sendo eles os dependentes químicos ou moradores da região. A gestão da Operação Recomeço tentou implantar a remoção à força dos usuários para avaliação médica, mas o TJSP derrubou a possibilidade. Porém, a internação compulsória era válida no programa após autorização familiar. A discussão de internação compulsória e as violências sofridas pelos habitantes da Cracolândia, geraram grande estresse e desconfiança por parte deles em relação aos agentes de saúde e agentes sociais que trabalham em campo.

Por mais que o consenso entre estudiosos fosse que a luta contra o crack só seria vencida com oferta de trabalho, contato familiar e moradia, o governo vigente acabou com o programa “De Braços Abertos” (que será discutido no próximo capítulo), que gerava moradia e salário aos residentes que trabalhassem em atividades simples, como varrer a rua. Segundo Souza (2017), na época, a prefeitura alegou negociações por parcerias com empresários para geração de empregos aos dependentes que fizessem parte da desintoxicação, e a construção de 3,7 mil moradias na região da Cracolândia para financiamento de baixo custo e movimentos de moradia. O prof. de urbanismo da USP, João Whitaker, disse na época que “Essas moradias que serão construídas não serão para a população da região porque serão da faixa de até dez salários-mínimos estaduais. Isso não vai beneficiar os pobres. É para classe média baixa e média. Dizer que é para pobres é enganação” (Whitaker, 2017 *apud* Souza, 2017).

Após análise das ações governamentais repressivas adotadas por São Paulo na tentativa de combater a Cracolândia, pode-se traçar certas tendências como: (1) grande militarização do problema, o policiamento é usado para contenção e repressão dos usuários, não exatamente para a proteção dos cidadãos que passam por ali, (2) grande violência contra os adictos, (3) apoio à abstinência de drogas e a internações compulsórias, (4) a segregação dos habitantes da Cracolândia do resto da cidade - como querem que eles reentrem a sociedade se são constantemente excluídos? – e (5) a ineficiência ao combater o real problema causador do uso de drogas: o tráfico. Todas elas geram o mesmo resultado: a pulverização da Cracolândia por outros pontos da cidade, criando novos focos de uso espalhados.

De uma visão urbanística, a ideia central das ações repressivas é amplamente apoiada na questão da segregação dos usuários de crack do resto da cidade e do medo que os cidadãos têm daquela população. No livro “Cidade de muros – Crime, segregação e cidadania em São Paulo”, a autora Teresa Caldeira traça um pensamento sobre como o medo e a desigualdade acabam por incentivar muros na cidade. Ela diz: “Privatização, cercamentos, policiamento de fronteiras e técnicas de distanciamento criam um outro tipo de espaço público: fragmentado, articulado em termos de separações rígidas e segurança sofisticada, no qual a desigualdade é um valor estruturante” (Caldeira, 2000, p.12). Ou seja, trazendo o que Caldeira diz para o contexto deste trabalho, a Cracolândia é vista pela sociedade através das lentes do medo, que gera demanda por políticas repressivas e punitivas. O medo pede pelo “muro”: esconder os problemas, tirar os adictos das ruas, isolá-los em clínicas contra suas vontades e esvaziar o centro da cidade para ficar longe da realidade de uso de drogas que acontece por lá. Caldeira (2000) diz que o medo é alimentado pelo desconhecimento e pelo isolamento, as pessoas da Cracolândia não são vistas como vizinhos, e sim como algo que eles querem distância, formando um ciclo de segregação ao invés de soluções funcionais.

Em adição, de acordo com ideia de segregação, podemos citar a última pulverização que a Cracolândia sofreu em maio de 2025. As obras do novo centro administrativo do Estado de São Paulo devem começar em 2027 na região dos Campos Elísios, local de concentração dos usuários de crack até maio de 2025. O governo espera que o projeto ajude na revitalização do centro da cidade. Dentre as mudanças previstas estão: a remoção do terminal de ônibus Princesa Isabel e a desapropriação de moradias, prevista para o ano de 2026. Em entrevista, Nabil Bonduki, prof. da FAU-USP, defende que não acha correto o local de implantação da sede, já que é um projeto de gentrificação, ou seja, valorizando a terra, haverá um aumento dos aluguéis e do preço dos terrenos, e retirada da população de baixa renda (Leão, 2023). Tendo essa mudança de perfil em mente, é possível que a pulverização e criação de novos pontos de uso de crack em São Paulo tenha sido favorecida por ela.

2.3. A CIDADE QUE CUIDA: EXPERIÊNCIAS URBANÍSTICAS DE ACOLHIMENTO À CRACOLÂNDIA

O conceito do “cuidado” já é muito abordado em áreas acadêmicas das mais diversas: psicologia, saúde, antropologia. Porém, o cuidado não é sempre associado a áreas como a arquitetura, e o próprio espaço urbano reflete essa realidade. Joan Tronto (2013, p.1) explica que, antigamente, política era algo que acontecia em público, cuidado era algo que acontecia no privado, fazendo conexão com a diferenciação aristotélica de polis (cidade - estado) e oikus (casa/lar), a tensão entre o público e o privado.

Porém, conforme o tempo passou, os problemas da cidade se tornaram mais complexos, o cuidado começa a ser requisitado na arquitetura e no planejamento de cidades mais do que nunca. O cuidado aparece ao que se presta atenção às necessidades do outro (Alam e Houston, 2020; Williams, 2020) e ao aplicá-las em melhorias urbanas que beneficiem a sociedade no geral. A importância de aplicar o cuidado nas medidas de contenção da Cracolândia não é diferente. Entender que os usuários são pessoas que estão doentes, precisando de ajuda e que merecem fazer parte da cidade como qualquer outro cidadão, é o pilar para políticas funcionais de cuidado e acolhimento.

Como discutido anteriormente, a Cracolândia é um fluxo de territorialidade itinerante que se molda de acordo com as ações aplicadas a ela. Ao se analisar programas repressivos, percebe-se que a cidade não se beneficia de bons frutos ao que a segregação espacial, o medo, a violência, e os pontos de uso apenas crescem, mas o problema nunca é resolvido. Porém, nem todas as políticas de combate às drogas são fortemente militarizadas e punitivas, existem experiências de acolhimento que geram resultados muito positivos a longo prazo.

Para análise de políticas urbanísticas de acolhimento pelo fim do uso exposto de drogas, como o que acontece com o crack em São Paulo, serão discutidos dois tipos de políticas: ações de acolhimento paulistanas contra a Cracolândia, e ações estrangeiras que visam melhorar situações semelhantes em outros países.

Por mais que não seja o *"modus operandi"* de São Paulo, existem ações públicas notáveis a se investigar no âmbito do cuidado como o "Programa Crack É Possível Vencer" (2011), e o "Programa de Braços Abertos" (2014).

O "Programa Crack É Possível Vencer" foi colocado em vigência em 2011 com o objetivo de melhorar da condição vigente até 2014. De acordo com publicação do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Brasil, 2013), dentre as ações notáveis podemos citar a rede de cuidados "Conte com a Gente", que ajudava os dependentes químicos e suas famílias a lidarem com questões do vício e reposicionamento na sociedade, a criação de enfermarias especializadas no SUS (Sistema Único de Saúde) para atendimentos e internações curtas, implantação de consultórios de rua, CAPSad (Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas) aberto todos os dias, 24 horas por dia, policiamento das áreas da Cracolândia com câmeras de monitoramento para facilitar a prisão de traficantes, mais força para o PROERD (Programa Educacional de Resistência Ás Drogas) e campanhas contra o uso de drogas. As ideias desse programa não ficaram em vigor por muito tempo pelas trocas de governo com frentes repressivas e punitivas quanto ao combate às drogas.

O "Programa de Braços Abertos" começou em 2014 e foi a política pública de acolhimento à Cracolândia mais notável até os dias atuais. Fortemente baseado no "Housing First",

conceito que logo será mais detalhado neste capítulo, o programa tinha como objetivo o trabalho multidisciplinar na assistência aos dependentes químicos sob a ótica da redução de danos, oferta de empregos e disponibilidade de moradia, estimulando cada vez mais a participação dos adictos e da sociedade. Elizângela de Freitas Silva (2021), trabalhou em uma das pensões vinculadas ao programa e descreveu a experiência em “Do ‘De Braços Abertos’ Ao ‘Redenção’: Um Caminho Percorrido E Uma História A Contar”. Silva diz que, na prática, o programa teve espacialidade muito bem definida, os usuários eram abrigados em sete hotéis: cinco na região da Luz, um na região norte e um na região sul. Os funcionários dos hotéis eram profissionais como assistentes sociais, psicólogos, médicos e cientistas sociais. “No hotel, os moradores tinham quartos e camas fixos, como uma proposta de criação de vínculo e pertencimento ao local, e os quartos eram coletivos ou de casal. Não havia um horário determinado para entrada e saída do local, poderiam permanecer 24h dentro do quarto, caso assim desejassem. Mas normalmente, no período da manhã, frequentavam a frente de trabalho que era gerido pela Adesaf25 (Associação de Desenvolvimento Econômico e Social às Famílias), e o trabalho era majoritariamente na varrição de ruas do centro da cidade. Eles se levantavam por volta das 07h e se dirigiam até o Bom Prato da Luz para o café da manhã, e de lá iam para a frente de trabalho, onde permaneciam 4 horas por dia, retornando ao hotel apenas no período da tarde” (Silva, 2021, p. 41). Ela deixa claro que os moradores tinham direito a três refeições por dia através de convênios com o Restaurante Bom Prato ou com marmitex. De acordo com dados oficiais da Prefeitura de São Paulo (2016), o programa já apresentava resultados ótimos: 88% dos beneficiários afirmavam redução drástica no consumo de crack, 84,66% estavam em tratamento de saúde, 72,75% estavam trabalhando e 52,52% dos beneficiários recuperaram o contato com a família. Com a mudança de governo, ele deixa de funcionar em 2017 e é substituído pelo “Programa Redenção”.

Fora do poder público, coletivos de militância e ONG’s, entidades privadas sem fim lucrativo, também fazem um papel essencial na luta da cidade contra o crack, como: o Centro de Convivência É de Lei, o coletivo Craco Resiste e a Pastoral do Povo da Rua.

O Centro de Convivência É de Lei surge do aumento das infecções por HIV/AIDS no Brasil dos anos 80, pelo compartilhamento de agulhas e seringas. O movimento de redução de danos parte das idealizadoras, Andrea Domanico e Cristina Brites, que, vinculadas ao Instituto de Psicologia da USP, faziam a troca de seringas em terrenos baldios no Centro de São Paulo, na região do Bexiga e no Brás. Segundo o site da sede, pela necessidade de uma espacialidade física para interação social e ações ligadas à prevenção de drogas, surge um dos primeiros espaços de convivência com foco de trabalho nas pessoas que fazem uso de droga do Brasil (Centro de Convivência É de Lei, [s.d.]). A atuação na Cracolândia ocorre pela

construção de vínculos entre atores sociais e adictos para fomentarem ideias de autocuidado e estratégias para a prevenção de riscos causados pelo uso de drogas.

Segundo Lucas Saba (2023), o coletivo Craco Resiste é criado em 2016 e não tem líder, só a reunião de mais de 30 ativistas, frequentadores do fluxo da Cracolândia e moradores da região central de São Paulo, para se oporem à violência policial. Inclusive, sobre as políticas repressivas na Cracolândia, Daniel Mello, participante do movimento, afirma: “As pessoas estão sendo empurradas pela prefeitura e pelo Governo do Estado de forma absolutamente violenta. O objetivo disso é criar tensão entre os comerciantes e moradores e enfraquecer o comércio local para justificar ações não justificadas. Isso, por exemplo, foi um pretexto para o prefeito desonerar IPTU atendendo a vários interesses” (Mello, 2023 *apud* Saba, 2023). O Craco depende de doações para promover atividades como cinema com pipoca e transmissão de futebol para os usuários de crack. Mello diz ser contra a ideia de que os usuários se mantenham lá por causa do que lhes é dado, mas porque é mais fácil se defender da violência policial em grupo. O sociólogo Rogério Baptistini defende: “A existência do movimento é positiva, pois contribui para a humanização do espaço, com a presença da sociedade civil organizada. Infelizmente o atendimento aos usuários de drogas e aos moradores de rua da região, na grande maioria das vezes, é repressivo, com ações espetaculosas e com grande nível de desrespeito aos direitos dos cidadãos” (Baptistini, 2023 *apud* Saba, 2023).

A Pastoral do Povo da Rua é um movimento de caráter humanitário ligado à Igreja Católica e é liderada pelo Padre Júlio Lancellotti. Ela tem como objetivo reconhecer e dignificar a pessoa em situação de rua através da criação de vínculos e desenvolvimento de ações para melhoria da condição de vida dos usuários (Pastoral do Povo da Rua, [s.d.]). Uma das ações mais notórias na área é a distribuição de comida aos usuários, mas foi impedida por policiais em 2021. A proibição pode ser ilustrada pelo pensamento da vereadora Janaína Paschoal, que afirmou “que não é contra a distribuição de comida [...], mas que alimentar viciados alimenta o crime" (Paschoal, 2021 *apud* Pastoral do Povo da Rua foi impedida..., 2021).

Ao que parece, no Brasil, ações que não sejam de caráter punitivo, violentas e necessariamente ligadas à polícia não valem de nada. Movimentos humanitários que enxerguem o usuário como ser humano e parte integrante da cidade que habita, tendem a ser descartados, descontinuados, sucateados ou proibidos, como se eles fossem prolongar ou piorar a situação atual. Porém, ao que tudo indica, na verdade as políticas violentas e restritivas alimentam esse problema. Baptistini afirma: “Não é a 'Craco resiste' ou a ação de comunidades cristãs, católicas e evangélicas que mantém a Cracolândia por décadas. Ela é fruto do fracasso no combate ao tráfico de drogas e na recuperação de dependentes químicos. A política repressiva contra o usuário não é a solução, tampouco políticas higienistas, como confiná-los em guetos, restringindo o direito de livre circulação” (Baptistini, 2023 *apud* Saba,

2023). O sociólogo também afirma que a cada ação violenta fracassada contra os vulneráveis, movimentos fora do poder público (como os aqui citados) atuam para reduzir os danos que a droga causa e buscar soluções humanizadas.

No exterior, medidas de acolhimento quanto ao uso de drogas são mais ouvidas e recebem mais investimento, acabando por gerar resultados positivos a longo prazo. Bons exemplos são: o movimento conceitual “Housing First”, o “Insite”, e o “IPS – Individual Placement and Support” (Emprego Apoiado).

O “Pathways Housing First” (PHF) foi criado por Sam Tsemberis (Ph.D. de psicologia) e é um serviço orientado pela recuperação do usuário de droga e por suposições filosóficas guiadas pela ideia de que, ao se providenciar uma residência a alguém, o programa oferece esperança e dignidade (Remaeus e Jönsson, 2011, p.236). Tsemberis designou alguns princípios ao conceito: residência é um direito básico humano; respeito, afeto e compaixão por todos os clientes; comprometimento para trabalhar com os clientes pelo tempo que for preciso; implantações de moradia dispersas, não se concentrando todas em uma região; apartamentos independentes; separação de residência e serviços; dar peso à determinação e escolhas do cliente; orientação do programa de acordo com a recuperação do cliente; e redução de danos (Pathways Housing First Institute, [s.d.]). Para participar, o usuário tem que estar em situação de rua a longo prazo, ter alguma doença mental severa, mostrar interesse no programa, pagar aluguel de 30% do seu “faturamento mensal” e receber visitas do time especializado do programa semanalmente para receberem auxílios psicológicos ou com suas instalações. “Se você somar o custo anual dos serviços sociais utilizados para atender alguém em situação de rua (pronto-socorro, ambulâncias, desintoxicação, prisão...), o gasto pode chegar aos 100.000 euros. Se colocá-lo em um apartamento disponibilizado pelos serviços sociais, são 15.000 euros por ano” (Tsemberis, 2016 *apud* Blanco, 2016). De acordo com o site oficial do projeto, ele está em 100 cidades em 20 países diferentes ajudando 100.000 indivíduos e conseguindo índices de 88% de cidadãos mantendo suas casas, ou seja, evoluindo em suas recuperações (Pathways Housing First Institute, [s.d.]).

De acordo com o Vancouver Coastal Health (s.d.), o “Insite” é uma iniciativa canadense que começou em 2003, sendo o primeiro local de uso de drogas supervisionado da América do Norte, que opera de acordo com as leis federais de drogas. Ele preza pelos valores de redução de danos, ao invés da abstinência de drogas, e oferece equipamentos novos para uso de drogas (agulhas, seringas, água...), evitando contágio por malcuidado ou compartilhamento de utensílios, teste para detectar drogas contaminadas, auxílio para eventuais overdoses, cuidado clínico, e a possibilidade de conexão com serviços comunitários que podem ajudar o adicto (Vancouver Coastal Health, [s.d.]).

O “IPS – Individual Placement and Support” é uma ação estadunidense com mais de 30 anos de existência. Ele não é 100% focado em pessoas com vício em drogas, mas também os ajuda já que é um modelo de assistência para a contratação de pessoas com doenças mentais graves (esquizofrenia, autismo, bipolaridade, depressão...), condições comuns entre usuários. De acordo com o site oficial (IPS Employment Support, [20--]), ideia é ajudar pessoas com a saúde mental fragilizada a trabalharem em empregos comuns que eles mesmo escolhem baseados em oito pilares: (1) empregabilidade competitiva, vagas que qualquer um pode ocupar e que pagam no mínimo um salário-mínimo; (2) visitação dos empregadores pelos especialistas IPS; (3) contratação rápida, na qual o contato com a nova função do beneficiário ocorre em até 30 dias; (4) integração de serviços de saúde mental para acompanhamento do empregado; (5) o beneficiário recebe ajuda para entender questões burocráticas como planos de saúde e segurança social; (6) nenhum necessitado será excluído do programa baseado em questões como uso de substâncias, internações e deficiências; (7) não há tempo limite para o empregado receber ajuda do IPS; e (8) as preferências do beneficiário sempre serão soberanas na hora de escolher a vaga de trabalho. O IPS acaba por ajudar na recuperação de quem o utiliza, já que reintroduz a pessoa na sociedade e dá ferramentas para que ela consiga se sustentar, assim aumentando a autoestima, a qualidade de vida, o controle de sintomas e do uso de substâncias.

2.4. LIÇÕES PARA A CIDADE DE SÃO PAULO A PARTIR DO CUIDADO

A partir do que foi levantado nesse estudo, é possível traçar a história de como a Cracolândia apareceu na cidade de São Paulo, e do caráter das ações que já foram tomadas para tentar saná-la até os dias atuais. Além disso, baseada nos resultados dessas ações e na comparação com estratégias estrangeiras, é possível perceber algumas lições que a cidade pode aprender ao tentar conter os usos de crack efetivamente.

No âmbito das ações governamentais repressivas adotadas por São Paulo, a conclusão a que se chega a partir das análises é que não geram impactos positivos e duradouros à cidade. A grande tendência a militarização não resolve a sensação de insegurança dos que passam perto dos pontos de uso do crack, apenas acaba gerando um ciclo de violência sem fim, que piora o medo nos cidadãos. Os programas propostos sempre apoiam a abstinência, mas o vício nem sempre é resolvido assim. O governo, ao apoiar programas de reabilitação de drogas (principalmente de crack, por ser altamente viciante), tem que enxergar que muitas vezes a mudança realizada gradativamente é mais fácil de ser mantida e tem mais chances de gerar resultados positivos e duradouros. Há também o problema de segregação dos usuários do resto da cidade, já que sempre que sofrem uma ação repreensiva em grande escala, não somem ou melhoram, apenas mudam de lugar e espalham os focos de usos de droga pela cidade. Ou seja, se antes das pulverizações as pessoas que sofrem de morar perto

da Cracolândia são apenas de um bairro, depois da pulverização passam a ser de cinco bairros. O problema não se resolve, ele é apenas espalhado, a raiz da questão continua intocada e o tráfico continua operando.

Quanto às ações governamentais de acolhimento, percebemos que esse não é o tipo de medida preferenciada pela cidade de São Paulo. Apenas duas ações com esse enfoque ganharam destaque desde 2011, e nenhuma chegou aos dias atuais (2026), ficando sucateadas ou caindo em desuso. Sendo assim, o papel de zelar e tomar medidas saudáveis e empáticas pela recuperação dos usuários, fica fora das mãos do poder público, e recai sobre os coletivos de militância e ONG's. No cenário atual, eles têm que se responsabilizar por ajudar na saúde física e mental dos adictos, e na humanização dos que estão sempre segregados, mesmo sem apoio financeiro do governo.

No âmbito das ações estrangeiras, a cidade de São Paulo pode tirar várias lições das estratégias que utilizam. As medidas mais notórias postas em ação pelo Housing First, Insite e Individual Placement and Support são de acolhimento: confiar em pessoas adictas e com questões de saúde mental com uma residência própria a fim de devolver sua autonomia e dignidade através de um programa de redução de danos; disponibilizarem um local a devida infraestrutura para o uso seguro de drogas que tire os usuários das ruas, poupando não só eles, mas a sociedade como um todo dessa realidade; e desenvolver um programa que ajuda e assiste pessoas com problemas psicológicos e uso de substâncias a terem um emprego estável que elas realmente gostem para se reinserirem na sociedade de maneira efetiva e duradoura. Como seria a Cracolândia se o governo adotasse medidas como essas para restabelecer os adictos? Teríamos menos moradores de rua, menos exposição as drogas no dia a dia, menos tumultos causados por ações repressivas e violências que se espelham diretamente na realidade da cidade, menos comércios com dificuldade de abrirem as portas pela concentração do fluxo em suas ruas, menos pessoas com medo de passarem na mesma calçada que os adictos em uso constante, mais chance real de recuperação dos usuários, mais mão de obra ativa, e sem dúvidas, mais chance de mudança da realidade complexa que a cidade de São Paulo e todos os seus habitantes enfrentam quando o assunto é Cracolândia.

Diante dos fatos, é claro que o "fluxo" não é apenas um agrupamento de pessoas, mas uma resposta viva às dinâmicas de poder exercidas sobre a cidade de São Paulo. A existência mínima de modelos de redução de danos e práticas de cuidado ao usuário de crack, entre numerosas estratégias repressivas de isolamento e internações, demonstra que a gestão do espaço urbano opta por tentativas de higienização visual, ao invés de valorizar o direito de todos à cidade. Portanto, a alteração na vida da cidade provocada pela Cracolândia é um reflexo de como a gestão pública lida com a vulnerabilidade extrema: ou através do confronto

que dispersa (o que acontece atualmente), ou através do acolhimento que tenta reintegrar o território e as pessoas tomadas pelo vício à realidade urbana (o que seria ideal).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar a Cracolândia através de diversos fatores e seus desdobramentos na realidade urbana de São Paulo, para analisar ações governamentais urbanísticas que a cidade toma e entender como elas impactam na continuidade deste problema de quase 40 anos.

É certo dizer que os objetivos desta iniciação científica foram cumpridos. A coleta de dados temática e a análise de consequências urbanas se mantiveram fiéis ao desejado desde o início, revelando o surgimento e a evolução da Cracolândia, ao mesmo tempo que foi capaz de mostrar suas mudanças e problemas gerados para a população que transita pelo centro através dos anos. A exposição da existência de urbanismos com diferentes enfoques foi realizada através de paralelos das próprias análises das intervenções que foram aplicadas na cidade e seus resultados. De modo geral, as ações baseadas em um urbanismo de repressão tendem a ser mais violentas e não gerar resultados duradouros, à medida que as ações baseadas em um urbanismo de cuidado são mais humanas e têm mais chances de reabilitarem os usuários para uma vida normal em sociedade.

Em conclusão, a resposta a que este artigo chegou é que as vertentes urbanísticas de intervenção para conter a Cracolândia têm um impacto enorme nos resultados. Como já dito anteriormente, São Paulo tende a optar por soluções urbanísticas repressivas, provavelmente por serem mais rápidas e por dispersarem os adictos, e assim o problema já perdura por quase 40 anos, não tendo solução, se espalhando ou mudando de formato. Enquanto isso, a maioria das ações urbanísticas de cuidado não são nem governamentais. Essas parecem gerar melhora na dignidade, acolhimento e possibilidade de melhora de vida, mas elas não têm forças para gerarem resultados maiores, como ativamente tirá-los da rua. A análise deste trabalho serve para abrir um panorama de visões sobre as ações de resolução da Cracolândia e mostrar que há chance de melhora se houver ajuste de rota por parte do governo paulistano.

Dentre as limitações do estudo, a maior foi a ausência de entrevistas de campo. Com o espalhamento da Cracolândia em maio de 2025, os atores de cuidado ligados à segurança, saúde e assistência social acabaram tendo que se dividir também. Dessa maneira, com o prazo limitado de um ano para esse estudo, não conseguimos datas compatíveis para realização de entrevistas. Em adição, por questões de segurança dos envolvidos, não houve nenhum contato direto com os usuários de crack.

Como possibilidades para pesquisas futuras, sugere-se o acompanhamento dos impactos urbanísticos e sociais da implantação do novo centro administrativo nos Campos

Elísios, que poderá gerar gentrificação e maior dispersão do fluxo da Cracolândia pela região. Em adição, é benéfico a complementação deste trabalho através de entrevistas com os atores sociais de cuidado aos usuários. Também é importante realizar estudos de viabilidade para instauração dos modelos como o Insite, o IPS, mas principalmente o Housing First, que daria a possibilidade de retomada da dignidade do usuário em situação de rua ao mesmo tempo que geraria resultados extremamente positivos para a cidade de São Paulo.

4. REFERÊNCIAS

ADORNO, Rubens Camargo Ferreira; RUI, Taniele; SILVA, Selma Lima da; MALVASI, Paulo Artur; VASCONCELLOS, Maria da Penha; GOMES, Bruno Ramos; GODOI, Tiago Calil. Etnografia da Cracolândia: Notas sobre uma Pesquisa em Território Urbano. *Saúde & Transformação Social*, Santa Catarina, vol. 4, núm. 2, abril-junho, p. 4-13, 2013. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/2653/265328844003.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.

ALAM, Ashraful; HOUSTON, Donna. Rethinking care as alternate infrastructure. *Cities*, [S. l.], v. 100, [S. l.], [S. l.], maio 2020. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264275119313484. Acesso em: 16 mar. 2026.

BLANCO, Silvia. O método para tirar milhares de "sem-tetos" da rua. El País Brasil, Madrid, 13 nov. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/11/economia/1478889909_914418.html. Acesso em: 27 mar. 2026.

BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública. Conheça o programa Crack, é possível vencer. Jusbrasil, [S. l.], [S. l.], [S. l.], 2013. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/noticias/conheca-o-programa-crack-e-possivel-vencer/301278323. Acesso em: 16 mar. 2026.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros:* crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.

CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de *et al. A Cidade que Cuida:* Contribuições a Partir do Contexto Brasileiro. 2025. Projeto de Pesquisa (Arquitetura e Urbanismo) – Mack Pesquisa, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2025.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA É DE LEI. *Página inicial*. São Paulo, [20--]. Disponível em: https://edelei.org. Acesso em: 27 mar. 2026.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. Territorialidades e redes na região da Luz. *In*: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor (Orgs.). *Pluralidade Urbana em São Paulo:* Vulnerabilidade, marginalidade, ativismos. São Paulo: Editora 34, 2016. p. 252-256.

IPS EMPLOYMENT SUPPORT. *What is IPS?*. Estados Unidos (Califórnia), (s.d.). Disponível em: https://ipsworks.org/index.php/what-is-ips/. Acesso em: 29 mar. 2026.

LEÃO, Izabel. Governo do Estado de São Paulo quer mudar sede para o bairro de Campos Elíseos. Jornal da USP, São Paulo, 09 maio 2024. Disponível em: https://jornal.usp.br/radio-usp/governo-do-estado-de-sao-paulo-quer-mudar-sede-para-o-bairro-de-campos-eliseos/. Acesso em: 16 mar. 2026.

MAGALHÃES, Taís. Campos de disputa e gestão do espaço urbano: a Operação Sufoco na "cracolândia" paulistana. *Ponto Urbe*, [S. l.], [S. l.], n. 21, 22 dez. 2017. DOI: https://doi.org/10.4000/pontourbe.3615. Acesso em: 11 fev. 2026.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Da periferia ao centro:* trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MANSO, Bruno Paes. Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1960 e 2010: uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime. 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-12122012-105928/publico/2012_BrunoPaesManso.pdf. Acesso em: 19 ago. 2026.

MESSAGI JUNIOR., Mário. Cartão Recomeço: a ponta do iceberg. *Jornal Comunicação*, [S.I.], 9 jun. 2013. Disponível em: https://jornalcomunicacao.ufpr.br/cartao-recomeco-so-a-ponta-do-iceberg/. Acesso em: 16 mar. 2026.

PASTORAL do Povo da Rua foi impedida por policiais de distribuir comida na Cracolândia no último sábado, diz Padre Júlio Lancellotti. G1 SP, São Paulo, 9 ago. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/09/pastoral-do-povo-da-rua-foi-impedida-por-policiais-de-distribuir-comida-na-cracolandia-no-ultimo-sabado-diz-padre-julio-lancellotti.ghtml. Acesso em: 27 mar. 2026.

PASTORAL DO POVO DA RUA. *Quem somos*. São Paulo, [20--]. Disponível em: https://pastoraldopovodarua.org.br/pastoral-povo-rua. Acesso em: 27 mar. 2026.

PATHWAYS HOUSING FIRST. *Our Impact*. Estados Unidos (Santa Mônica), [20--]. Disponível em: https://www.pathwayshousingfirst.org/impact. Acesso em: 27 mar. 2026.

REMAEUS, Annika; JÖNSSON, Ann. Housing First: The Pathways Model to End Homelessness for People with Mental Illness and Addiction Manual. *European Journal of Homelessness*, v. 5, n. 2, p. 235-240, dez. 2011. Resenha de: Housing First: The Pathways Model to End Homelessness for People with Mental Illness and Addiction Manual, por Sam Tsemberis. Disponível em: https://homelessnesslearninghub.ca/library/housing-first-the-pathways-model-to-end-homelessness-for-people-with-mental-illness-and-addiction/. Acesso em: 27 mar. 2026.

RUI, Taniele. Fluxos de uma territorialidade duas décadas de "cracolândia" (1995-2014). *In*: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor (Orgs.). *Pluralidade Urbana em São Paulo:* Vulnerabilidade, marginalidade, ativismos. São Paulo: Editora 34, 2016. p. 225-248.

SABA, Lucas. **"**Craco resiste": o movimento que quer salvar usuários de drogas com futebol, cinema e pipoca. *Gazeta do Povo*, São Paulo, 26 ago. 2023. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/sao-paulo/craco-resiste-movimento-quer-salvar-usuarios-de-drogas-com-futebol-cinema-e-pipoca/. Acesso em: 27 mar. 2026.

SÃO PAULO (Município). Mais de 88% dos beneficiários do Programa De Braços Abertos reduziram uso de crack. *Prefeitura de São Paulo*, São Paulo, 2016. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/w/noticia/mais-de-88-dos-beneficiarios-do-programa-de-bracos. Acesso em: 16 mar. 2026.

SAVASSA, Camila Fontes. Dois meses após início da Operação Centro Legal, PM tira usuários de crack só de "área nobre" da Luz. R7 / Jusbrasil, [S.I.], 6 mar. 2012. Disponível

em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/dois-meses-apos-inicio-da-operacao-centro-legal-pm-tira-usuarios-de-crack-so-de-area-nobre-da-luz/121939075. Acesso em: 11 fev. 2026.

SILVA, Elizângela de Freitas. *Do "De Braços Abertos" ao "Redenção":* Um Caminho Percorrido e uma História a Contar. 2021. Dissertação (Mestre em Ciências) - Universidade Federal de São Paulo – Escola Paulista de Medicina, São Paulo, 2021. Disponível em: https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/81324ac8-25f8-4208-adbe-f7c5ff840736/content. Acesso em: 16 abr. 2025.

SILVA, Isabela Melo da. A política da dor e sofrimento do governo de São Paulo. *A Verdade*, São Paulo, 21 fev. 2012. Disponível em: https://averdade.org.br/2012/02/a-politica-da-dor-e-sofrimento-do-governo-de-sao-paulo/. Acesso em: 11 fev. 2026.

SOUZA, Felipe. Fim da Cracolândia: o que especialistas, governo e prefeitura apontam como solução para a feira de drogas em SP. G1 SP, São Paulo, 11 jun. 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/fim-da-cracolandia-o-que-especialistas-governo-e-prefeitura-apontam-como-solucao-para-a-feira-de-drogas-em-sp.ghtml. Acesso em: 15 mar. 2026.

STABILE, Arthur. Lojistas fecham comércios e protestam contra insegurança na Santa Ifigênia, centro de São Paulo. *G1*, São Paulo, 17 maio 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/05/17/lojistas-fecham-comercios-e-protestam-contra-inseguranca-na-santa-ifigenia-centro-de-sao-paulo.ghtml. Acesso em: 10 fev. 2026.

TRONTO, Joan C. *Caring Democracy:* Markets, Equality, and Justice. Nova York: New York University Press, 2013.

VANCOUVER COASTAL HEALTH. *Insite: supervised consumption site*. Canada (Vancouver), (s.d.). Disponível em: https://www.vch.ca/en/service/insite. Acesso em: 27 mar. 2026.

WILLIAMS, Miriam J. The possibility of care-full cities. *Cities*, [S. l.], v. 98, [S. l.], [S. l.], mar. 2020. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264275119306493. Acesso em: 16 mar. 2026.

Contatos: dudamarsochi@gmail.com e luizguilherme.castro@mackenzie.br